

**HABEAS CORPUS Nº 493.223 - SP (2019/0041507-4)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : AUREO TUPINAMBA DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO**  
**ADVOGADO : AUREO TUPINAMBA DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO -**  
**SP311063**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : WANDERSON RAFAEL MORAES SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Wanderson Rafael Moraes Silva**, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n. 2178960-17.2018.26.0000, cujo objeto é o decreto de prisão proferido nos autos da Ação Penal n. 1500103-20.2018.8.26.0157, em curso na 1ª Vara Criminal de Cubatão/SP.

Eis a ementa do acórdão (fl. 30):

"Habeas corpus". Pretendida revogação de prisão preventiva. Roubo duplamente qualificado por emprego de arma e comparsaria. Crime que revela, em tese, prática de violência e temibilidade do agente.

Crítério judicial ponderado, notadamente pelas circunstâncias e gravidade do crime. Inexistência de violação ao princípio da inocência. Incompatibilidade da liberdade, para casos graves.

Custódia necessária. Impossibilidade da concessão do benefício pleiteado. Garantia da ordem pública preservada. Precedentes fortes na jurisprudência. Prisão cautelar mantida.

Ordem denegada.

A denúncia imputou ao acusado a prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incs. I e II, do Código Penal, requerendo a decretação da prisão preventiva, corroborando o pleito da autoridade policial, fazendo constar que (fl. 21):

3. Concorde com a representação da autoridade policial para que seja decretada a prisão preventiva de WANDERSON RAFAEL MORAES SILVA. O denunciado se envolveu na prática de crime gravíssimo, que causa inequívoco abalo social, já que, cotidianamente, os usuários das Rodovias locais se sentem atemorizadas de por elas trafegarem, pois roubos como o ora retratado são cada vez mais comuns. **Como se não bastasse, WANDERSON encontra-se na condição de "foragido", pois responde a outro processo pelo crime de roubo.**

No presente *writ*, o impetrante alega, em síntese, ausência de motivos concretos para a decretação da prisão cautelar do ora paciente.

Argumenta a existência de dúvida acerca da autoria atribuída ao paciente, sustentando que *as vítimas só reconheceram o rapaz por influência de um dos policiais. Não [se podendo] esquecer que no dia dos fatos, momentos após o roubo, uma das vítimas havia apontado um inocente como um dos participantes do delito* (fl. 5).

Diz, como fundamento para o pedido liminar, *ser evidente seu direito à concessão da revogação da prisão preventiva, sem fiança, caracterizando o "fumus boni iuris", [...] sendo inequívoco o "periculum in mora" consubstanciado nos inúmeros constrangimentos provenientes do "decisum"* (fl. 7).

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

O Tribunal de Justiça paulista denegou a ordem, mantendo incólume o decreto de prisão, que destacava a necessidade de segregação cautelar para impedir a reiteração da prática delitiva de acusado com antecedentes criminais pela prática do mesmo ilícito.

Por oportuno, anoto os seguintes trechos do decreto cautelar (fls. 25/26):

[...]

Trata-se de pedido de prisão preventiva requerida pelo rep. do Ministério Público, consubstanciado nos documentos acostados aos autos, versando sobre roubo praticado, em tese, por Wanderson Rafael Moraes Silva.

É o breve relatório.

**Consta dos autos, que as vítimas pararam no acostamento da Rodovia, devido a problemas mecânicos, quando surgiram três elementos, que se aproximaram e anunciaram o roubo, subtraindo os pertences de Benedito e Paulo.**

Da análise dos autos verifica-se que estão presentes os requisitos que autorizam a concessão da prisão preventiva, uma vez que há fortes indícios de autoria.

As vítimas reconheceram, através de fotografia, o réu Wanderson, **que ostenta antecedentes criminais, inclusive, constando como procurado pela mesma prática delituosa.**

O crime que se imputa é considerado de natureza grave, cuja pena máxima é de 10 anos, admitindo-se a aplicação do Artigo 313, do C.P.P.

As medidas cautelares contempladas pela legislação vigente **se mostram inócuas em razão da personalidade dos agentes, que agiram com emprego de arma de fogo, sendo necessária a sua segregação para se assegurar a investigação e regular instrução criminal para efetiva aplicação da lei penal.**

Nesse contexto, diz a nossa jurisprudência que *a necessidade da prisão fica reforçada em hipótese como a dos autos, em que o paciente ostenta antecedentes criminais pela prática do mesmo delito, indicando que a segregação é necessária, também, para obstar a reiteração delitiva* (HC n. 477.043/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 10/12/2018 - grifo nosso).

E, mais: HC n. 462.588/PE, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 6/11/2018; e RHC n. 95.623/MG, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 1º/8/2018.

Nesse contexto, por ora, não verifico a existência de constrangimento ilegal apto à concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 1ª Vara Criminal de Cubatão/SP acerca do andamento da Ação Penal n. 1500103-20.2018.8.26.0157, em especial, quanto à atual situação do paciente, encaminhando-se cópia da sentença caso tenha sido proferida.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

